



## **O FETICHE DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DESSA RELAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA**

Acácia Regina Silva de Araújo

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – [acaciaregina@hotmail.com](mailto:acaciaregina@hotmail.com)

### **RESUMO**

Meu foco neste texto, é o debate em curso sobre a profissionalização aligeirada do professor. Meu primeiro movimento foi identificar o fetiche que se criou sobre esse tema da profissionalização, como condição para a qualidade da educação e o resgate da imagem do educador na sociedade. Analisando o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), percebemos que ele traz como foco central a profissionalização, porém não dá condições para que este profissional possa se profissionalizar com qualidade. A formação que este educador recebe é quase sempre dissociada da realidade e não forma para o acolhimento, tanto necessário aos professores de escola pública que vão se relacionar com tamanha diversidade no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Profissionalização, fetiche, acolhimento, diversidade, qualidade.

### **1 INTRODUÇÃO**

Para combater a desigualdade educacional é preciso estimular uma educação solidária (Filho 2014, p.233), um espaço de cidadania e de respeito aos direitos humanos.

Observamos que as exigências feitas aos professores, em relação à sua formação inicial e continuada, dão-se hoje de um modo em que o compromisso e a responsabilidade recaiam na figura apenas do professor, eximindo o Estado do seu dever de proporcionar espaço-tempo e qualidade para esta formação.

Muitos foram os projetos políticos, diretrizes e estratégias para a melhoria da educação nacional. Porém, nos parece que esses problemas crônicos da educação, como a profissionalização do professor, estão longe de serem resolvidos.

O professor no cenário educacional é visto como o causador do fracasso da escola e, em nossa sociedade capitalista, sua profissão vem perdendo o prestígio.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Existem muitas justificativas para esta falta de valorização do profissional da educação. Como afirma Monteiro (2015, p.130):

É geralmente vista como uma profissão de acesso fácil; não é em geral bem paga, em comparação com outras profissões academicamente análogas; a sua autonomia é limitada pela sua dimensão política e coletiva; profissão numerosa e com uma base de recrutamento socialmente não elevada; é também afetada pelo fato de ter muitas mulheres a exercê-la; a escola e a profissão docente perderam o quase monopólio da difusão do saber; geralmente não tem perspectivas estimulantes de progressão profissional, etc.

Na sociedade em que vivemos, tudo é absorvido pelo mercado. O sucesso é algo que vem associado ao dinheiro, a ostentação, ao bem-estar. Neste contexto, como situar o professor? Baixa remuneração e desmotivado pelas políticas educacionais que não dão o devido valor a este profissional.

Para se impor como hegemonia, a classe burguesa, motiva a formação dos professores, porém não dá condições. E estes acreditando nas promessas de melhor remuneração e maior prestígio, procuram profissionalizar-se nas diversas faculdades e sem condições financeiras, acabam em cursos baratos e rápidos que não oferecem uma boa formação profissional para o educador.

Esse artigo tem como objeto de pesquisa investigar, o fetiche da profissionalização e o professor da educação básica: uma análise das consequências dessas relações nas escolas públicas. Isto por se tratar de uma temática que vem sendo motivo de discussão nas pesquisas acadêmicas. Também por sua relevância no projeto educacional onde se busca valorizar as minorias invisíveis da sociedade, que lutam por uma educação de qualidade.

Nosso objetivo geral é analisar o processo de titulação e formação continuada dos profissionais de educação básica das escolas públicas, bem como as consequências do seu fazer pedagógico, e a alteridade no processo de construção de sujeitos sociais.

Temos também como objetivo específico, analisar pedagogicamente a relação entre os saberes que o curso de pedagogia apresenta, a formação continuada e os saberes que o professor precisa para o bom desempenho de sua função.

A sociedade vem tentando reconhecer as diversidades culturais na escola, porém percebemos que apesar de todos os esforços e discussões sobre a educação étnico-racial, ainda é pouco. É preciso formar os educadores, para que na sua prática apareça o desejo de inclusão e a luta contra o preconceito. Portanto, a política de formação de professores (as) como

afirma Aragão (2009, p. 230):



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Requer nesse atual contexto um olhar prioritário, devido a sua contribuição para a ressignificação de valores que contribuam, de fato, para uma educação antirracista, entendemos que a nossa fase atual, ainda é a de formar os formadores de opinião, contribuindo, inclusive na sua autoestima e valorizando o seu pertencimento racial.

A temática da profissionalização vem permeando as discussões e as pesquisas acadêmicas desde a LDB 9394/96 e agora mais uma vez a formação dos professores (re) aparece no PNE (2014-2024) sendo o alvo principal das atuais políticas educativas, principalmente no âmbito dos estados e municípios.

Por isso, é um tema atual. Pois sua preocupação educacional é o comprometimento com a formação da identidade, bem como da profissionalização dos professores de educação básica, estes que visam educar com eficácia tendo como base os direitos humanos, a inclusão e a dignidade étnica dos povos marginalizados na sociedade. O educador vai se reeducando a partir de uma formação séria, o diálogo e o respeito vão fazendo parte de sua vida e de sua prática escolar.

O diálogo é essencial para quem exerce o papel de educador-libertador e educando-aprendente, numa pista de mão dupla (ARAGÃO 2013, p. 17).

Nesse sentido a proposta dessa pesquisa é analisar os programas de formação inicial e continuada dos professores que trabalham nas escolas públicas. Bem como a implementação das diretrizes curriculares, para a educação étnico racial. Esta, ainda pouco trabalhada pelos educadores, assunto atual digno de atenção.

O professor que trabalha em uma escola pública segundo Lima (2013, p. 50) deve propiciar nas escolas um ambiente que estimule o reconhecimento e a aceitação da diversidade, valorizando a herança étnica e cultural de cada aluno.

Combater o racismo não é tarefa exclusiva da escola. As formas de discriminação não nascem ali. O racismo e as discriminações estão impregnados na sociedade. Para que as instituições de ensino desempenhem o papel de educar sem preconceito é necessário criar um espaço democrático de produção e divulgação de conhecimento e de posturas que visem uma sociedade justa.

O racismo e a desigualdade me incomodam profundamente. Tenho um sonho: “Educação para todos” (LDB 9394/96). Porém, educação de qualidade, que está profundamente vinculada a qualidade da formação dos professores. Por ainda acreditar nas nossas políticas educacionais e que a diversidade que habita o espaço de nossas escolas ainda vai ser respeitadas na sua essência, decidi realizar este estudo.



## 2 METODOLOGIA

Para a realização do estudo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, por meio de leituras, análise e fichamentos de livros, revistas pedagógicas e sites da internet relacionados ao assunto em pauta.

A pesquisa bibliográfica, considerada uma fonte de coleta de dados secundária, pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado (LAKATOS & MARCONI, 2001; CERVO & BERVIAN, 2002). Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica,

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Para os autores, em ambos os casos, busca conhecer as contribuições culturais ou científicas do passado, existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de fornecer ao investigador um instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vivemos na era das Grandes Transformações. Quer dizer uma sociedade que coloca a economia como o eixo estruturador único de toda a vida social, submetendo a ela a política e enviando a ética para o limbo (BOFF 2014, p.9).

A sociedade neoliberal cujo centro é o poder econômico e este tem a tendência de absorver tudo, procura absorver também a educação. Nela a formação do professor passou a centrar-se apenas no desenvolvimento das competências, para o exercício técnico-profissional, uma formação pragmatista, e simplista visando apenas resultados.

A profissão docente é cada vez mais complexa, difícil, exigente, exercida em condições adversas, e sem elevada profissionalidade (MONTEIRO 2015, p.136).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

O ideal seria que o professor tivesse uma sólida formação, fundamento para a profissionalização tornando-o mais autônomo e reconhecido na sociedade, levando-o a um aumento de sua remuneração.

O professor para ser um bom profissional necessita de uma formação qualificada e um tempo em que possa dedica-se aos seus estudos. Nessa sociedade em que vivemos, onde os meios econômicos são difíceis de conseguir e o imediatismo é a mola propulsora. Como ser um bom profissional da educação?

A partir de nossa pesquisa descobrimos que em razão disso, algumas instituições escolares buscam atender a esta demanda, e o faz através de cursos rápidos e de baixa qualidade. Visando apenas em atender as mínimas normas exigidas pelo PNE(2014-2024). Houve assim uma proliferação de faculdades que prometem formação universitária rápida e eficaz. Uma educação visando apenas o mercado. Este é o fetiche que consiste em dar ao profissional da educação apenas um diploma sem a preocupação com uma formação acadêmica que corresponda aos desafios da inclusão social, a formação humana e afetiva necessária a um educador crítico e solidário com as minorias excluídas. Para Nascimento (2013, p.281):

É um dos direitos essenciais da criança negra e indígena na escola, é de que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com os conteúdos, expressões, visões históricas que considerem conhecimentos históricos e culturais destas duas populações, através de uma intervenção pedagógica afirmativa no ambiente escolar.

Não há qualidade profissional se não houver qualidade pessoal. Não se deve esquecer na formação do professor a dimensão afetiva, o acolhimento e o respeito que vão dar o tempero para as relações na aprendizagem. Uma escola fria, tecnicista não faz diferença na vida dos alunos e na sociedade.

Na formação docente as qualidades pessoais, são as afetivas, morais, intelectuais, de amabilidade, serenidade, acolhimento da alteridade e abertura à diversidade que devem ser cultivados durante a preparação para o seu exercício (MONTEIRO, 2015, p.152).

A escola é chamada a resgatar as identidades das diversas culturas que habitam em seu interior. A perspectiva da educação deve ser crítica e transformadora, resgatando os valores

éticos, étnicos e humanos. “Resgatar o direito à igualdade como afirmação dos direitos sociais e do reconhecimento das identidades escolares como condição de assegurar as diversidades culturais na prática pedagógica” (FARIAS, 2013,p.156).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

A inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação básica brasileira, através da promulgação das Leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008 é um momento histórico maravilhoso, de crucial importância para o ensino da diversidade cultural no Brasil.

Trata-se de um momento em que a educação brasileira busca valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo afrodescendente e indígena, buscando assim reparar danos, à sua identidade e a seus direitos.

O artigo 26, incluído na Lei nº 9,394/1996, provoca bem mais do que a inclusão de novos conteúdos; exige que sejam repensadas relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, bem como os procedimentos de ensino e as condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

Devemos ter a consciência que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e histórias próprias, igualmente valiosas. Seu conjunto compõe a nação brasileira.

#### **4 CONCLUSÃO**

Educar vai muito além de só formar, treinar e aprimorar os indivíduos. Não é só trabalhar habilidades e as competências. Educar é formar indivíduos críticos, conscientes, humanos e solidários.

Atentando para a contextualização das discussões colocadas em torno do título superior do profissional da educação básica, direcionamos nossa pesquisa para investigar o Fetiche que se criou em cima deste título como sinônimo de qualidade e de competência para educar em qualquer espaço escolar público.

Tivemos como parâmetro o atual Plano Nacional de Educação (2014- 2024) e as consequências dessa profissionalização feita nos diversos cursos de pedagogia. Constatamos que esta formação dos professores muitas vezes não é pautada em princípios de valores humanos, para o acolhimento da diversidade, e nem para possibilidade de uma educação emancipadora para as nossas crianças da escola pública, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Discutir, sobre os desafios para a política de valorização e formação docente em nosso país significa tomar como ponto de partida a concepção progressista de projeto educativo, a partir da qual a formação com qualidade elevada de



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

professores está estreitamente vinculada a educação básica e a escola pública e a possibilidade de uma educação emancipadora e uma sociedade mais justa e fraterna (FREITAS, 2014, p.428).

Nos cursos de formação inicial e continuada de professores, deverão ser criados espaços, condições de estudo histórico-crítico e discussões sobre os processos de libertação dos povos étnicos raciais e do contexto atual da educação na sociedade brasileira e as formas de superação do racismo, da discriminação e do preconceito racial.

O professor formado para atuar na Educação pública tem que ir além de um simples título, necessita da experiência de saber cuidar, de saber acolher, de saber estar junto, e ter um profundo respeito pelo outro e por si mesmo.

As nossas reflexões suscitaram questionamentos sobre a relação existente entre o fetiche que se criou a partir da titulação do profissional da educação básica, a identidade do educador e as consequências de uma formação sem se preocupar com sua qualidade, com as diversidades culturais existentes na realidade de cada escola. A titulação do professor e identidade caminham juntos. A consequência dessa formação inicial aligeirada tira toda a competência no fazer pedagógico, não é ético ter uma identidade profissional reduzida a um simples título, a formação (capacitação).

Existe uma grande problemática que se revela sobre a titulação rápida e sem qualidade, apenas para se ter um diploma. Entre o título e a prática, existe uma discrepância, ou seja: a titulação não resolver o problema da qualidade da educação no Brasil.

## **5 REFERÊNCIAS**

ARAGÃO, Wilson H.; FERREIRA, Ana Paula R.S e LIMA, Norma Maria de (Orgs.)(2013). Afroeducação. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

BOFF, Leonardo. A grande transformação: na economia, na política e na ecologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL, Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

\_\_\_\_\_.Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

FILHO, Heleno A. Entrevista. Revista Retrato da Escola. DF,v.8,n.15 p.231-246, jul./dez.2014.Disponível em:<http://www.esforce.org.br>

FREITAS, Helena C. PNE e formação de professores: contradições e desafios. Revista Retrato da Escola. DF,v.8,n.15 p.427-445, jul./dez.2014.Disponível em:<http://www.esforce.org.br>

MONTEIRO, A. Reis. Profissão docente: Profissionalidade e autorregulação. São Paulo: Cortez,2015.